

CADERNOS DE GEOGRAFIA

INSTITUTO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS

FACULDADE DE LETRAS · UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA

1999

N.º 18



REGIÃO CENTRO: UM ESTILO DE VIDA NÃO METROPOLITANO

O crescimento urbano difuso e o crescimento por concentração

Norberto Pinto dos Santos e Rui Gama*

RESUMO

Os centros urbanos assumem-se como o principal elemento de estruturação espacial na sociedade contemporânea. Nas redes de cidades, as cidades médias evidenciam uma dinâmica particular importante na organização territorial, já que na pós-modernidade a metrópole parece não conseguir dar resposta aos anseios da população em geral. A procura de melhores condições de vida, as preocupações ambientais e a globalização dos fenómenos transformam a cidade média num objecto de estudo privilegiado capaz de integrar os estilos de vida relacionados com a qualidade desta, as relações com o ambiente e as aplicações locais de projectos globais. Neste trabalho, a Região Centro é utilizada como paradigma deste tipo de estruturação espacial.

Palavras-chave: Cidade média. Urbanização. Estilo de vida.

RÉSUMÉ

Les centres urbains s'assument comme le principal élément de structuration spatiale dans la société contemporaine. Dans les réseaux de villes, les villes moyennes exhibent une dynamique particulière, bien importante dans l'aménagement territorial, dès le moment où, à la postmodernité, la métropole semble ne pas être capable de répondre aux souhaits de la population. La recherche de meilleures conditions de vie, les préoccupations environnementales et la mondialisation des phénomènes rendent la ville moyenne un objet privilégié d'étude: on peut y inclure les styles de vie qui renvoient à la qualité de celle-ci, les relations avec l'environnement et les applications locales de projets globaux. Dans ce travail, la Região Centro est prise en tant que paradigme de ce type de structuration spatiale.

Mots-clés: Ville moyenne. Urbanisation. Style de vie.

ABSTRACT

Urban centers are the main element of spatial structuring in contemporary society. As far as city networks go in the post-modern era, middle-sized cities show a particular dynamics in territorial organization at the same time as the metropolitan model seems unable to respond to the expectations felt by the general population. The demand for better living conditions, environmental concerns and the globalization of phenomena transform the middle-sized city into a privileged object of study, as it is able to integrate quality life-styles, relationships with the environment and local applications of global projects. In this paper the Região Centro of Portugal is taken as a good example of this type of spatial structuring.

Key-words: Middle-sized city. Urbanization. Life-style.

Em Portugal Continental é possível identificar três modos de organização espacial (GASPAR, 1993a; GAMA MENDES, 1993, p. 441). Para além da urbanização metropolitana, que integra as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, surge uma urbanização difusa e uma urbanização

por concentração, ambas identificáveis no Portugal Central, associadas a hierarquias urbanas intermédias ou cidades médias. Estas definem-se, antes de mais, pelas suas funções, pelo lugar que ocupam na rede urbana entre a metrópole de vocação regional e os pequenos centros

* Centro de Estudos Geográficos de Coimbra - CEGC. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

urbanos de influência puramente local (LAJUGIE, 1973, p. 12). De acordo com estes dimensionamentos diferenciados, FERRÃO (1995) valoriza a existência de “sistemas urbanos internacionalizados”, portanto vistos não apenas em termos nacionais - fugindo ao fatalismo hierárquico -, mas, estabelecendo redes de âmbito transnacional, sem obrigatoriedade de relação com a hierarquia urbana de proximidade, como aliás refere também BRANDÃO ALVES, que defende que o desenvolvimento da cidade depende em muito da sua capacidade de tratar e endogeneizar a informação, ao fim e ao cabo de estabelecer relações. Estas são directamente influenciadas pelo ciclo tecnológico, humanista e ecológico, que agora se atravessa, influenciando os sistemas urbanos, devido, em grande parte, ao facto de se tratar a cidade como um objecto de consumo e espectáculo. Assim, a perspectiva de, “em cada país [haver] sempre uma cidade na qual se acham os produtos mais raros, os maiores talentos, os maiores cérebros, a possibilidade para os espíritos jovens e ambiciosos alcançarem nomeada e fortuna” (GAMA MENDES, 1994, p. 15), torna-se, também, uma procura das cidades médias. A valorização do consumo/espectáculo da cidade (materializado em acontecimentos sócio-culturais e novos espaços construídos) faz com que, nos anos 1990, as grandes cidades, em Portugal - Lisboa e Porto -, sejam promovidas e voltem a crescer, “atraindo população através de iniciativas que reestruturaram os territórios e parecem poder torná-las sustentáveis, tanto politicamente, como aos olhos da população em geral, num jogo de recursos e serviços com outras cidades gestoras do espaço global. Todavia, a valorização das vias-de-comunicação e das capacidades informacionais, a difusão dos serviços públicos e privados e a grande expansão da classe média permitem o ‘desabrochar’ de cidades que pelo seu menor significado demográfico e funcional, dificilmente poderiam apresentar-se como importantes na organização territorial regional ou ser representativas em territórios de espacialidades mais amplas” (SANTOS, 1998).

O valor contemporâneo das cidades médias e das pequenas cidades médias depende, também, da sua capacidade de tornar ‘visíveis’ os homens que aí vivem. Esta visibilidade surge associada ao poder político, que reestrutura a cidade e transforma-a em território de lazer e consumo, numa trama de relações que envolvem escalas de interpretação do local ao global. Porém, devido ao facto de as cidades competirem entre si na procura da referida visibilidade, esta territorialidade, resultante da justaposição de áreas de influência específicas, necessita de ser sustentada quotidianamente. Não surpreende, por isso, a frequência com que surgem ‘novas capitais’ que concorrendo com trunfos próprios definem a sua imagem na rede de relações da urbanização, não apenas nacional,

mas também internacional e, com frequência crescente, mundial. No caso da Região Centro, exemplos destas estratégias de nobilitação urbana são: a) os festivais de cinema - realizados na Figueira da Foz; b) as grandes feiras - Agrovouga e Expomar, em Aveiro; Feira do Gado Suíno, em Castelo Branco; Feira de S. Mateus, em Viseu; c) o reconhecimento como património mundial (Mosteiro da Batalha); d) a promoção do artesanato (Aveiro); e) outros acontecimentos culturais (Feiras do Livro, eleição de Capitais do Teatro (Coimbra) Festivais de Teatro (Montemor-o-Velho), Encontros de Fotografia (Coimbra), Manifesta (Tondela), Exposições de Automóveis (Batalha); f) acontecimentos de diversão e lazer (Festas de Carnaval de Ovar, da Mealhada; Queima das Fitas de Coimbra).

Como refere SANTOS, “todas estas realizações e muitas outras põem em contacto pessoas e instituições de vivências culturais urbanas muito diversas e são, sobretudo, um veículo de publicitação de centros urbanos que, não tendo uma posição de primazia na hierarquia urbana, asseguram, assim, a sua notoriedade na rede das relações urbanas nacionais e internacionais” (SANTOS, 1998). A territorialidade e a funcionalidade urbanas passam a ser entendidas como elementos estruturantes influenciando os estilos de vida dos indivíduos e o modo organizacional das instituições - também este de grande importância nas relações que as pessoas assumem ou procuram no seu quotidiano.

A forma como as relações se estabelecem, espacialmente estruturantes e classificatórias, fazem notar que a função comercial - pelo menos alguns comércios - está banalizada, por isso há que valorizar outras funções para se poder definir a posição da cidade no *ranking* urbano. E a função cultural, cada vez mais transformada em produtos e bens e por isso comercializável, parece ser capaz de assumir o papel de atribuição de um posicionamento hierárquico, como refere MÉRENNE-SCHOUMAKER (1996), ou o comércio-espectáculo e os serviços às empresas, de acordo, aliás também, com GASPAS (1993b, p. 420) que afirma a importância dos “serviços pessoais, sobretudo em novos segmentos, como o turismo, o lazer e a cultura [que] não só representa uma apoio/atractivo para a população local, como uma base exportadora”.

Os resultados apresentados na Fig. 1 pretendem traduzir alguns destes aspectos. De facto, as variáveis seleccionadas permitem visualizar os espaços identificados com características de cidades médias, por comparação às Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto. Basicamente, todos os mapas traduzem a importância assumida pelos territórios onde as funções culturais, o comércio-espectáculo, as funções de turismo e lazer e os serviços de apoio à actividade produtiva são elementos estruturantes, distin-

guindo-se de forma clara as áreas onde se regista uma utilização mais intensiva destes bens e serviços – o litoral e o urbano (metropolitano, o difuso e o por concentração).

Efectivamente, quando se analisa a distribuição espacial das Infraestruturas de I&D (Fig. 1A), à grande aglomeração metropolitana corresponde uma dispersão não metropolitana, que identifica focos de urbanidade e explora as potencialidades regionais de cidades médias ou pequenas cidades médias, parecendo, assim, ser capazes de estruturar uma área de influência de algum significado espacial. Na Região Centro parece evidente uma classificação dos espaços atendendo à existência, ou não, de determinados serviços ou utilização de determinados bens. Tendo em atenção a especificidade dos bens e serviços, observa-se uma distribuição em que se sublinha a existência de territórios e eixos de organização espacial (é evidente na variável tiragem de publicações por 1000 habitantes – Fig. 1B). No caso das outras variáveis (Figs. 1C e 1D), o padrão espacial apresenta-se mais polarizado, com

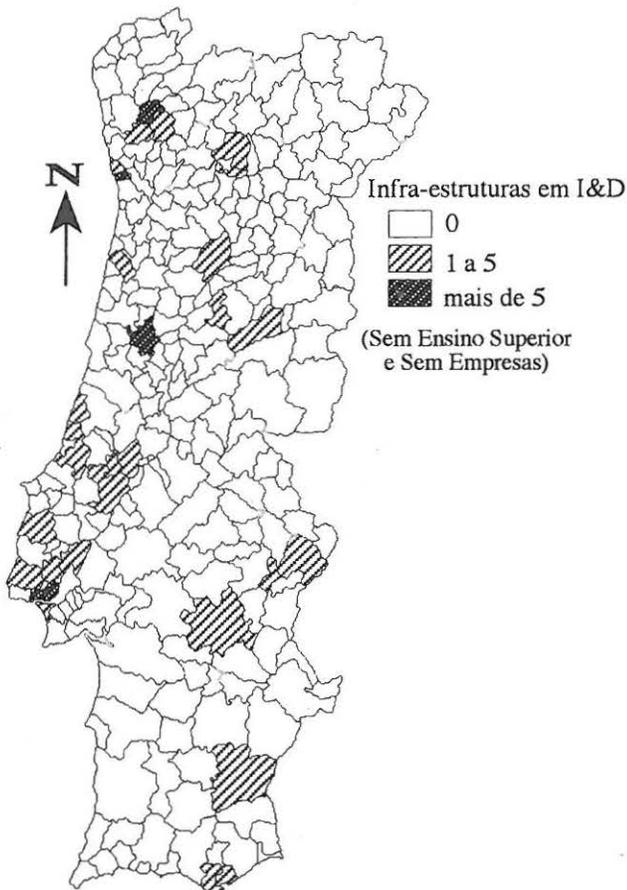


Fig. 1A – A funcionalidade e a territorialidade urbana. Infra-estruturas em I&D (Sem Ensino Superior e Sem Empresas)
(Fonte: SECT, *Guia de I&D em Portugal*. Lisboa, 1995)

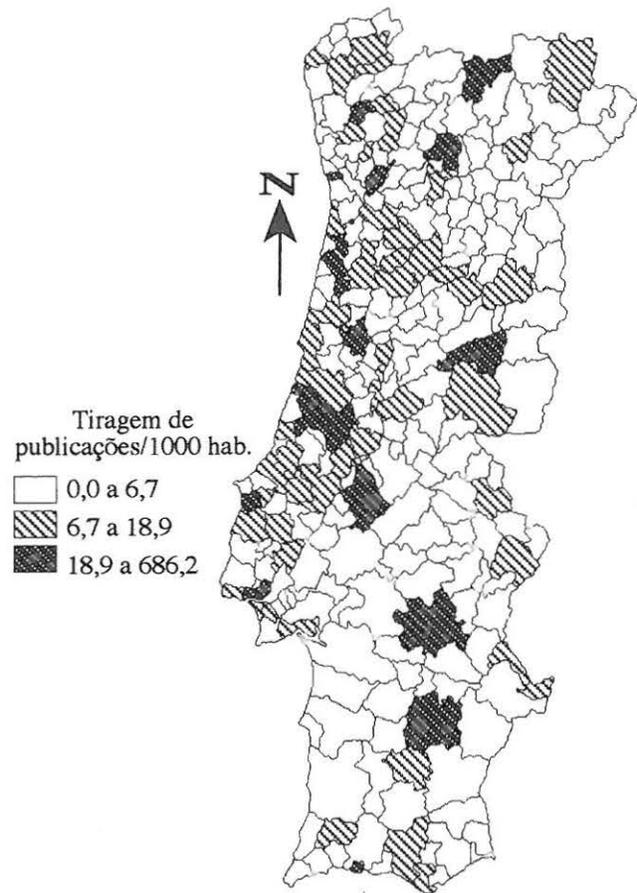


Fig. 1B – A funcionalidade e a territorialidade urbana. Tiragem de publicações/1000 hab.
(Fonte: INE, *Anuário Estatístico*. 1997)

os centros de maior importância funcional e de maiores quantitativos populacionais a assumirem-se como os principais elementos estruturantes do território. Desta forma, identificam-se as concentrações urbanas que, fora das Áreas Metropolitanas, apresentam uma densidade relacional capaz de captar os investimentos necessários para promover a implantação de estruturas responsáveis pela qualidade de vida da população. Na Região Centro, Coimbra, Aveiro, Leiria e Viseu conseguiram valorizar sobremaneira essas condições, enquanto Castelo Branco e Covilhã, o conseguem também, mas com menores impactos sócio-espaciais nos territórios envolventes. Esta diferenciação resulta, provavelmente das diferenças entre uma urbanização litoral difusa e outra interior por concentração.

Naturalmente, as especializações desenvolvidas, assim como as sucessivas políticas de organização do território,

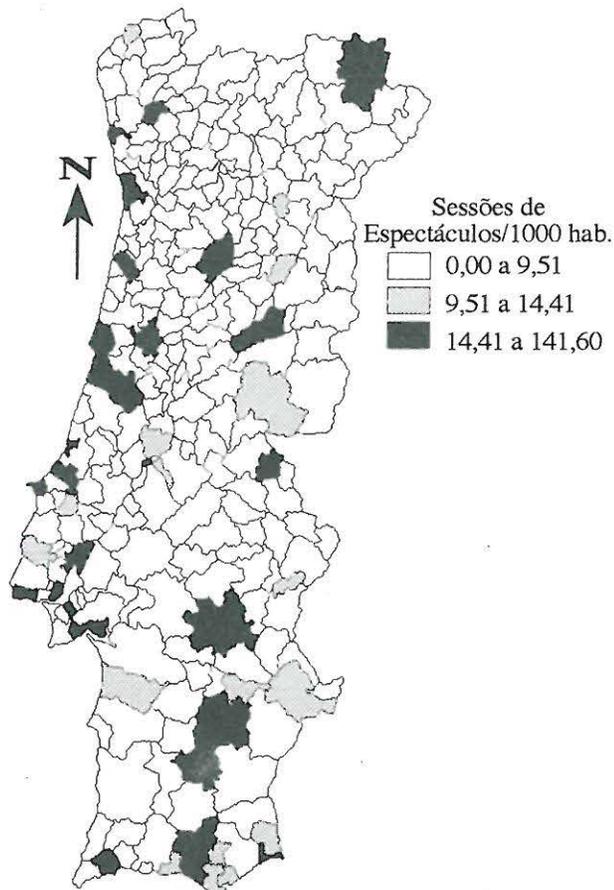


Fig. 1C – A funcionalidade e a territorialidade urbana.
Sessões de espetáculo/1000 hab.

(Fonte: INE, *Anuário Estatístico*. 1997)

assumem nestas configurações papel de destaque. A Fig. 1D, relativa à percentagem do poder de compra reflecte os aspectos descritos, distinguindo-se sobretudo as áreas do litoral, assentes em actividades da administração, dos serviços e indústria, destacando-se, a nível nacional, também os concelhos de Viseu, Évora, Faro, Portimão e Olhão como territórios em que as actividades industriais, no primeiro caso, e o turismo, nos restantes, se assumem como elementos do modelo de desenvolvimento ocorrido nas duas décadas mais recentes.

Na organização do território é necessário, por isso, tornar em consideração um conjunto de cidades estruturadoras de espaços de dimensão muito diversificada e assumindo relações em que a proximidade não detém uma importância exclusiva.

O volume da população é um elemento importante de identificação das cidades médias e o tamanho mínimo

corresponde a uma “massa crítica” “abaixo da qual o leque de bens e serviços oferecidos pelo centro é ainda muito incompleto para que ele possa efectivamente desempenhar o papel de centro regional” (LAJUGIE, 1973). Obviamente que cidades de tamanho médio podem não ser cidades médias em termos funcionais, já que estas se caracterizam por um certo quadro e estilo de vida (de facto diferente do dos espaços rurais, privados de equipamentos característicos da vida urbana, mas também diferenciados dos das grandes aglomerações, sem contactos ou relações pessoais) que fazem da cidade média uma “comunidade de habitantes” (LAJUGIE, 1973, p. 12; GAMA MENDES, 1992, p. 169). Nesta perspectiva, a actual tendência para a globalização encontra na cidade média condições para “uma dialéctica do concreto”, para a análise do global no local, já que o concreto é o local. Tanto mais que como refere MAILLAT é nas cidades médias que a concorrência imaterial - do global - se cristaliza, ajudada pelo “esbatimento do nacional”, que permite o aumento da

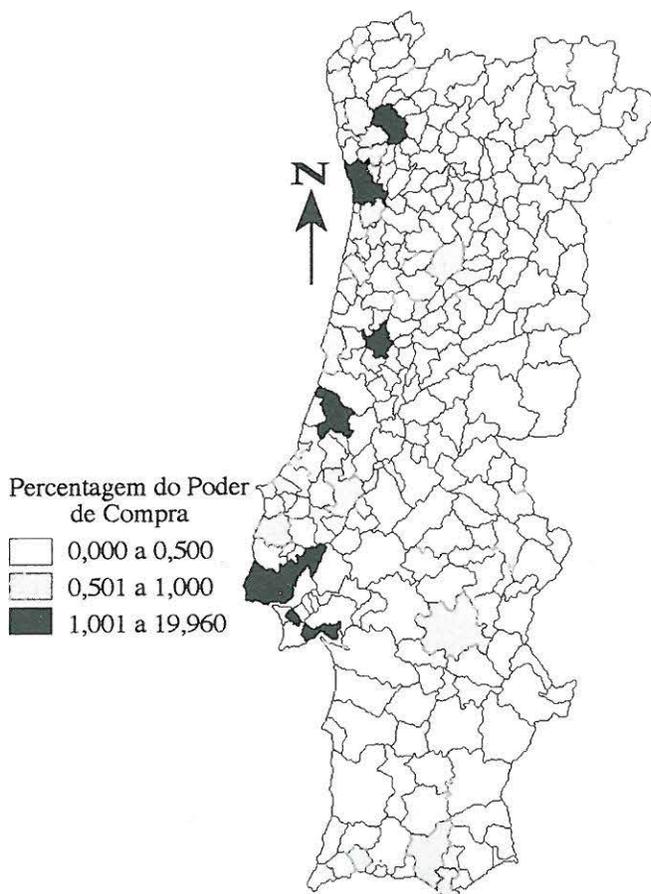


Fig. 1D – A funcionalidade e a territorialidade urbana.
Percentagem do poder de compra.

(Fonte: INE, *Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio*. 1997)

importância de regiões e de redes de cidades em que a ênfase maior resulta dos fluxos estabelecidos mais do que da proximidade geográfica dos centros.

Focalizando a análise no território português, o fenómeno da urbanização deve ser avaliado tomando como critério a combinação da dimensão social e espacial, por um lado, e ainda as características base da sua formação e evolução (GAMA MENDES, 1992, p. 161). Partindo desta perspectiva de análise pretende-se realçar, quer as características estruturais, quer os contextos da génese dos diferentes processos de urbanização, que tal como refere GAMA MENDES (*Idem*) evidenciam “relações sociais diferenciadas pelos distintos modos de combinações espaço-temporais”.

As transformações ocorridas na sociedade portuguesa nas últimas décadas traduziram-se a nível espacial por um crescente processo de urbanização diferenciado, em que paralelamente ocorreu a densificação e a dispersão espacial da população nas áreas litorais não metropolitanas. Trata-se de um complexo processo de urbanização difusa, diferenciado por regiões e em que se torna difícil separar o rural do urbano e em que se salientam as variadas formas de articulação do social e do espacial (GAMA MENDES, 1992, p. 164). Esta urbanização difusa é expressa, aliás, na noção de *rural-urban continuum* (PAHL, 1968), que se exprime por exemplo na presença de indivíduos na cidade mas que, na verdade, não fazem parte dela, enquanto outros são da cidade mas não estão nela, de facto (normalmente uma classe média e média-alta com grande mobilidade). Esta perspectiva integra um conjunto variado de situações de adaptação da habitação ao padrão de vida dos agregados familiares que nas cidades médias parece ser mais resultado de uma opção do que nas grandes Áreas Metropolitanas.

Neste contexto importa vincar a importância do social na produção do espaço, mas também compreender os elementos deste como factor explicativo das realidades. Em suma, o espaço assume uma “dimensão estratégica” decisiva na sociedade e nas configurações do processo de urbanização do território português.

A área de referência, de uma maneira genérica a Região Centro, não comporta nem cidades médias integradas em grandes conurbações, nem cidades satélite de metrópoles, embora também não se possa afirmar que existam cidades médias e pequenas cidades médias verdadeiramente “isoladas” (LAJUGIE, 1968). Isto porque, a urbanização na Região Centro, ao expressar-se de uma forma difusa e sem grandes centros agregadores, encontram nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto formas de relação muito importantes, estando os seus fluxos (de

capitais, de informação, de pessoas e de mercadorias) muito ancorados numa relação biunívoca de centro-periferia, embora com intensidades dissemelhantes. Com efeito, na definição do sistema urbano e na consideração das dinâmicas territoriais observadas na Região Centro devem privilegiar-se as pequenas e médias cidades existentes, quer no Litoral, quer no Interior, os eixos, redes e as complementaridades que se registam, atendendo à hierarquia urbana, assim como as relações entre estes diferentes sistemas e com as Áreas Metropolitanas. Sublinha-se igualmente a importância da abertura ao exterior através da internacionalização que, quer no Litoral, quer no Interior, manifestam os territórios da Região Centro, embora com níveis diversos de relação. A imagem do sistema urbano e das dinâmicas territoriais deve ser mais alargada, de forma a que o papel que estes espaços desempenham no contexto do território português não evidencie só o centro (Áreas Metropolitanas) e as relações de proximidade, mas as relações e as dinâmicas dos espaços mais periféricos (em relação ao centro, aos centros mais próximos e ao exterior).

Como foi referido, para a construção de uma ideia de cidade média devem ser considerados um conjunto de indicadores que traduzam, por um lado, as características demográficas e económicas, por outro, os aspectos sociais e culturais das populações. Na sequência das ideias de GAMA MENDES, GASPAR, FERRÃO e outros autores, na Região Centro identifica-se, tal como noutras regiões com estruturas urbanas mais massificadas e bem definidas espacialmente, uma distinção entre os processos de urbanização do litoral e os do interior. Em ambos os casos, surge uma rede de centros de pequena e média dimensão, mas enquanto o litoral apresenta também um crescimento em áreas contíguas dotadas de boa acessibilidade, no interior, em contraposição observa-se um maior isolamento das cidades médias e de pequena dimensão cujo crescimento se deve em grande medida à sucção da população do espaço rural envolvente (Fig. 2). Estes processos relacionam-se de forma evidente com o crescimento e terciarização da economia, que se reflecte na urbanização, por um “crescimento físico e funcional de todos os núcleos com vida urbana, da vila sede de concelho” às maiores cidades no contexto da região (Coimbra, Aveiro, Leiria), numa dialéctica entre terciário social e terciário económico que, de novo, faculta uma situação de diferenciação entre interior e litoral (Fig. 3). De facto, a pequena cidade do interior encontra no poder público administrativo e nas instituições de serviços públicos uma das suas principais fontes de emprego, enquanto as cidades do litoral conseguem promover um equilíbrio entre o terciário social e económico tornando-se menos dependentes do aparelho público (Fig. 4).

Na verdade GASPAR (1993b, p. 54) afirma que o "processo de urbanização em Portugal tem duas normas principais: a do Litoral e a do Interior", com aquele a presenciar o crescimento de todos os centros de pequena e média

dimensão, como acontece na Região Centro. Todavia, por outro lado, o Interior, que sofre uma situação de dupla mobilidade, apresenta circunstâncias muito próprias. As aglomerações com o título de cidade integram-se em espaços ainda pouco urbanizados e são elas que suprem, de facto, embora nem sempre da maneira mais adequada, as necessidades de serviços (administração, ensino, saúde, transportes, comércio, etc...) das populações das sub-regiões envolventes, resultando daí a tão importante fonte de emprego atrás referida. Este papel motor, coordenador e distribuidor da cidade-região não implica, contudo, que não surjam dificuldades em suprir algumas das necessidades destas populações, compreendendo, deste modo, que a

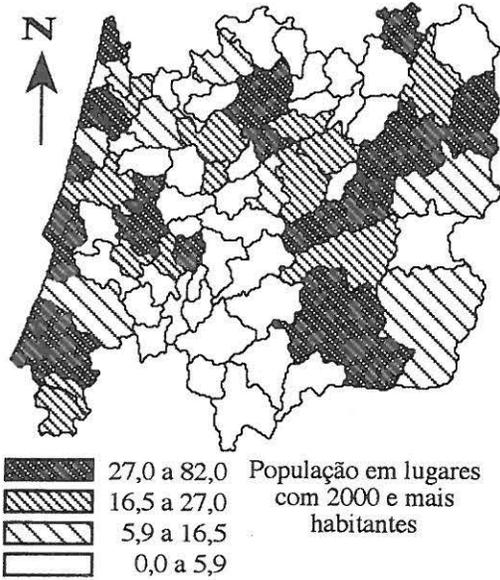


Fig. 2 – Percentagem de população em lugares com 2000 e mais habitantes
(Fonte: INE, *Censos*. 1991)

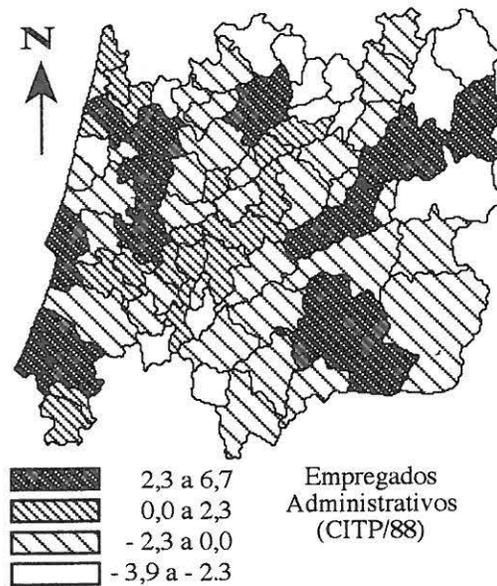


Fig. 4 – Variação em relação à média dos empregados administrativos (%)
(Fonte: INE, *Censos*. 1991)

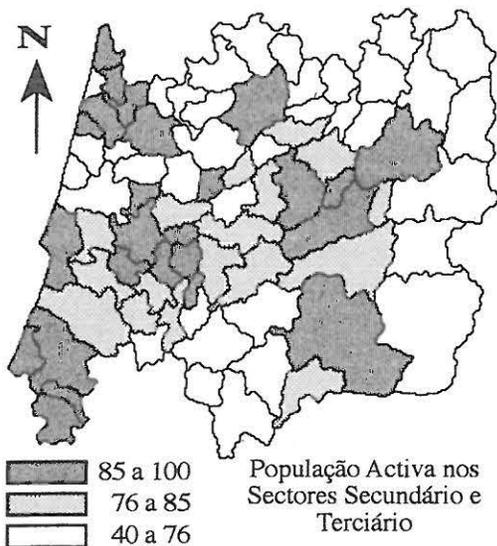


Fig. 3 – Percentagem de população em lugares com 2000 e mais habitantes
(Fonte: INE, *Censos*. 1991)

par da repulsão existente nas suas áreas de influência ("sucção do espaço rural envolvente"), possa estar presente, também, um crescimento muito ténue ou mesmo estagnação populacional no próprio centro, devido a significativos movimentos populacionais em direcção a outros centros urbanos, normalmente do Centro Litoral, mas também para as Áreas Metropolitanas. Nesta mobilidade não se impõe forçosamente que o percurso de saída integre a cidade média ou a pequena cidade média do Interior, porque frequentemente as relações são agora menos hierarquizadas e menos dependentes das barreiras espaciais. Assim, facilmente centros de nível inferior estabelecem contactos com os de nível superior, de diferentes hierarquias, sem utilizarem os seus próprios níveis hierárquicos.

Como sabemos, à expressiva expansão das cidades médias, na proximidade das grandes aglomerações, contrapõe-se uma estagnação daquelas em que o afastamento geográfico é mais notório. Todavia, as cidades médias, resultado, em grande medida, da tendência de difusão da urbanização, como atrás foi referido, têm conseguido aumentar os seus efectivos populacionais e, de forma muito significativa, os serviços que oferecem aos cidadãos que se encontram na sua área de influência. Esta é, hoje, a realidade da Região Centro, devido à presença de “um sistema urbano constituído por uma multiplicidade de pequenos centros urbanos, mas de reduzido significado populacional no conjunto da população urbana portuguesa” (GAMA MENDES, 1992, p. 162). A constatação deste facto é o resultado das características de uma terciarização associada ao povoamento denso e difuso e/ou concentrado com as características urbano-industriais da população activa (Figs. 3 e 5), ou seja, fortes percentagens nos sectores secundário e terciário, mas de onde emergem apenas alguns centros de média dimensão (GAMA MENDES, 1992, p. 164).

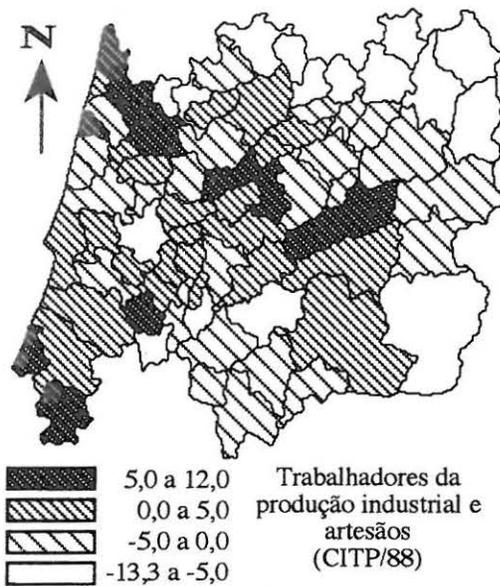


Fig. 5 – Variação em relação à média dos trabalhadores da produção industrial e artesãos (%)

(Fonte: INE, *Censos*. 1991)

Na realidade, a cidade média expressa, ainda de forma muito nítida o processo de mudança das comunidades rurais em locais urbanizados onde continuam a existir relações sociais de parentesco, de vizinhança e de aliança; onde frequentemente se integram as classes médias que se

deslocam em direcção à periferia e assumem também esses tipos de relações sociais, fazendo parte do mundo da cidade média e sintomáticas dos estilos de vida, bem diferenciados das das grandes metrópoles, onde esse tipo de relações só bem mais longe se podem encontrar.

Assim, reúnem-se num mesmo espaço redes de vizinhança, redes informais locais, onde são muito importantes as redes de solidariedade local (parentesco, aliança, vizinhança, posse da terra e prestígio social) e, ainda, redes de relações sociais externas (emancipadas) que fazem com que os indivíduos da comunidade passem a estar integrados em diversas conchas sociais, desde as de vizinhança até às regionais e internacionais.

Esta realidade, sinónimo de uma integração social dificilmente encontrada em espaços metropolitanos, expressa estilos de vida próprios das cidades médias. Não aquele da mediocridade (LAJUGIE, 1973, p. 41) relacionados com a província, em contraponto com o que nos diz REYNAUD (1981, p. 78) sobre o centro, “lá onde as coisas acontecem”, mas aqueles resultantes de um ciclo de vida que se integra num espaço onde podemos encontrar uma boa parte dos serviços de uma grande metrópole e as condições de vida de um espaço pouco massificado, sem grandes deseconomias de escala (dificuldades de transportes, pressões, falta de tempo, dificuldade de alojamento, duração das deslocações quotidianas, poluição), porque “a evolução acelerada da vida moderna, colocou em questão os lugares comuns e valorizou singularmente as cidades médias na opinião pública” (LAJUGIE, 1973, p. 42).

E isto sucede porque cada vez é mais fácil transformar em espectáculo o tempo e o espaço. Na realidade, já não precisamos de grandes procuras para a produção de grandes tempos ou espaços de espectáculo. Na verdade, podemos encontrar, por exemplo, *franchisings* em muitas pequenas cidades, novas estruturas comerciais, portadoras de novos consumos, em diversas cidades médias. E esta é uma constatação das cidades médias: a estrutura de despesas das suas populações aproximam-se das Áreas Metropolitanas e as categorias sócio-profissionais assumem agora as desigualdades. Isto porque, cada vez mais, viver numa cidade média, ou na sua periferia é também viver num espaço mais vasto de ligação rápida (em termos imateriais e também físico) a outros espaços (à metrópole e ao mundo). Mas, como afirma LAJUGIE (1973, p. 62) o que conta para os habitantes das cidades médias, como para os outros, não são apenas as condições de vida de que eles beneficiam no presente, mas também, e para alguns principalmente isso, as perspectivas de manutenção e melhoria das suas condições de vida, o que dificilmente se perspectiva, a curto prazo, nas grandes aglomerações urbanas portuguesas.

A promoção de cidades médias apenas consegue todo o seu sentido numa óptica de desenvolvimento regional e de ordenamento do território, quer dizer, num quadro político de armadura urbana diferenciada mas coerente (LAJUGIE, 1973, p. 119).

A compreensão dos processos em que estão envolvidas as redes de cidades deve pressupor a análise dos fluxos entre cidades e a consideração de todas as potencialidades em termos de redes de inovação e de sinergias múltiplas (recursos materiais e imateriais, importância crescente da imagem da cidade e das diversas especificidades num contexto de globalização variado). Os meios inovadores assumem neste âmbito uma influência que nos parece decisiva para o ritmo de crescimento e o conteúdo dos "meios urbanos" (preferencialmente nas metrópoles), mas também nas cidades de menor dimensão (pequenas e médias cidades). Quando se pensa nesta perspectiva de meios inovadores, está-se a direccionar a análise para o entendimento das razões que conduzem a que determinadas áreas sejam mais dinâmicas na criação, difusão e generalização do uso de inovações tecnológicas (consideradas num sentido amplo, não só na indústria, como também nas outras actividades com ela correlacionadas ou num âmbito mais alargado).

Empresas, cidades, territórios mais vastos são confrontados com grande frequência com o imperativo da competitividade, quer à escala nacional, quer no quadro da concorrência internacional. Decorre deste facto uma necessidade crescente de adaptação contínua às mudanças das conjunturas económicas, sociais, tecnológicas, sem a qual registam uma perda de importância às mais diversas escalas. É neste quadro que o espaço geográfico assume uma dimensão estratégica que permite distinguir diferentes territórios, cidades, empresas, em "ganhadoras" ou "perdedoras", ou seja, a oposição de territórios dinâmicos a espaços marginais (económica e socialmente...). As actividades existentes, as especificidades desenvolvidas, o contexto dos lugares, a imagem de marca, a dinâmica criada, levam assim a que o "meio" seja considerado com uma verdadeira dimensão estratégica.

A inovação tecnológica e as novas tecnologias desempenham um papel importante sobre os meios urbanos, principalmente nos de pequena e média dimensão, se pensarmos no conteúdo e potencialidades qualitativas em termos de actividades e externalidades de todos os tipos, em mão-de-obra disponível, acesso à informação, factores fundamentais na organização das empresas (Fig. 6).

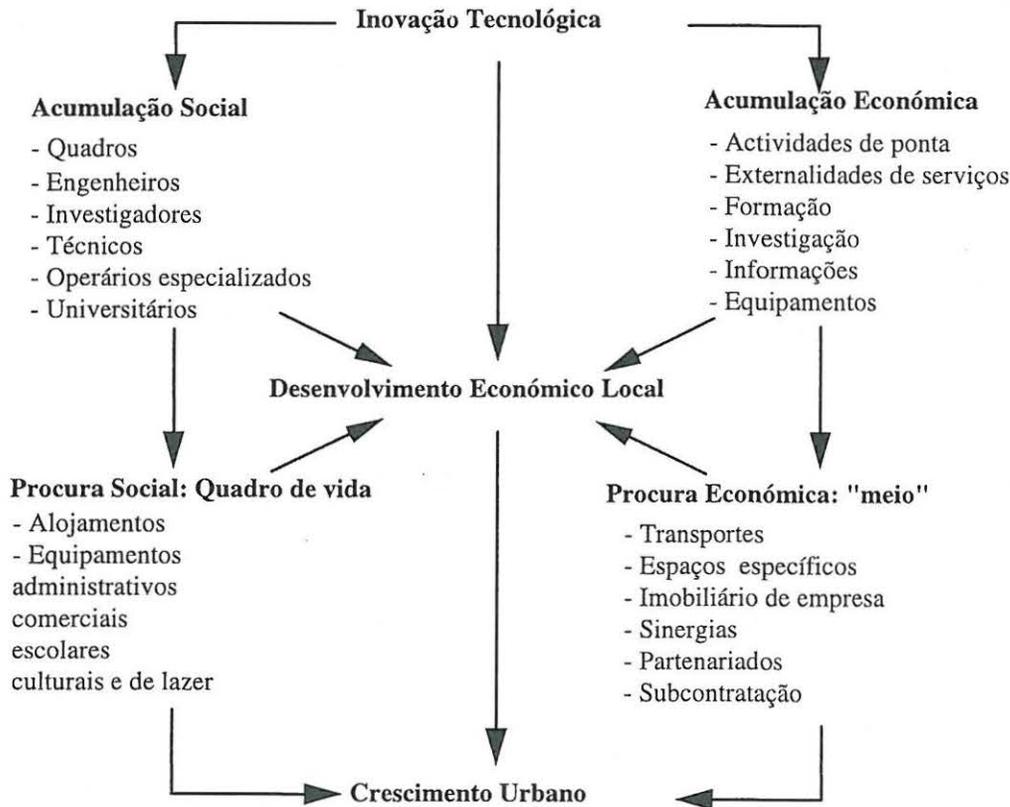


Fig. 6 – Inovação tecnológica e crescimento urbano
(Fonte: André FISHER, 1994, p. 102)

Desenvolvem-se, desta forma, novas actividades mais dinâmicas, elementos chave para a renovação da base económica e social das cidades e para o aparecimento de novos espaços de actividades (industriais), que contribuem para modificar as hierarquias espaciais tradicionais, reforçando a importância dos territórios que congregam tais atributos.

A acumulação económica leva à emergência de uma procura específica em termos de “meio”, a que se acrescenta uma acumulação social, fonte de novas exigências em matéria de quadro de vida (FISCHER, 1994, p. 101). Esta dupla acumulação no âmbito de uma certa concentração espacial conduz a um desenvolvimento da economia local e correlativamente a um crescimento urbano, perspectivado na sustentabilidade dos processos de intervenção no sentido da qualidade ambiental.

Neste contexto de “desenvolvimento” das cidades de pequena e média dimensão são criadas novas necessidades e conseqüentemente reclama-se a implementação de uma política que ajude a resolver os novos problemas decorrentes da evolução económica e social (AYDALOT, 1985, p. 405). A vida no meio urbano é também a vida no seio de equipamentos colectivos. É, de facto, uma vida em que se coloca o contraponto e a complementaridade de serviços e espaços públicos e privados. No caso da cidade média, a gestão das relações entre estes espaços e serviços parece ser conseguida de uma forma mais adequada, enquanto modos de actuação que afectam a generalidade da população. Na realidade, as situações de exclusão social, de insegurança, de falta de justiça distributiva não assumem nas cidades médias da Região Centro as proporções que atingem nas cidades das regiões metropolitanas de Lisboa e Porto. De igual modo, os serviços e os espaços públicos parecem conseguir atingir melhor os objectivos para que foram criados. O jardim ou o passeio público, a “baixa” das cidades médias, muitas vezes o seu centro comercial virado para a rua – a céu aberto –, mantêm uma imagem de segurança e lazer que não encontramos nas das grandes metrópoles. O Estado autárquico parece conseguir manter uma presença forte nas sociedades das cidades médias, embora a sociedade pós-moderna, que tem vindo a promover as iniciativas privadas mesmo em áreas que no período fordista eram da exclusiva responsabilidade do Estado Providência, assuma uma grande parte da promoção do desenvolvimento destas cidades. Este desenvolvimento é conseguido através de uma terciarização flexível, assumindo, quer a perspectiva de que *small is beautiful*, quer, pelo contrário, contribuindo com grandes investimentos que passam a definir a imagem dos centros urbanos, atribuindo-lhes uma certa primazia funcional específica.

A Fig. 7 procura sintetizar muitas das referências efectuadas anteriormente, isto é, a presença de dois tipos de urbanização: uma urbanização difusa e outra resultante da concentração de população e estruturas. Efectivamente, “uma análise de pormenor permite identificar duas unidades espaciais cuja linha divisória se inscreve de SSW para NNE, da Sertã até Aguiar da Beira, e que serve de separação entre o litoral e o interior. A dispersão de lugares que gravitam em torno das cidades de Coimbra, Aveiro, Ovar, Leiria e Viseu apenas é interrompida na área correspondente à serra do Caramulo e ao concelho de Pombal” (SANTOS, 1998).

Os centros urbanos médios concentram as manifestações de desenvolvimento e difundem-no segundo direcções preferenciais, em grande medida condicionadas pelas vias-de-comunicação. O Interior da Região Centro apresenta um povoamento mais concentrado em núcleos urbanos, sendo visível uma certa predominância dos centros com mais de 2000 habitantes sobre os de menos de 2000 que são mais frequentes no Litoral. Assim, no Interior, a atractividade populacional não permite que nenhum dos centros ultrapasse os valores populacionais das principais cidades do Litoral (Coimbra, Leiria, Aveiro). Trata-se da urbanização resultante do processo de concentração de equipamentos e pessoas, sem compensação directa das áreas de influência desses centros organizadores do espaço.

Efectivamente, como foi já referido acima, também a imagem projectada pela cidade para o exterior é importante. Como afirma FERRÃO a cidade global tem que possuir uma imagem ou como diz MAILLAT uma política de imagem (não apenas turística mas também produtiva, a do saber-fazer, a de imagem capital, anteriormente referida) expressa nos meios inovadores e assumida por intermédio de uma integração local/global, e que conjuntamente com a massa crítica permite fazer a diferença - produzir novas iniciativas e não apenas decalcar as boas iniciativas existentes em espaços ganhadores. E a promoção destes objectivos não passa pelo crescimento das cidades médias. De facto, como afirma MAILLAT, a metropolização é mesmo um risco a evitar, não se trata de ajudar as cidades médias a tornarem-se maiores, mas sim promover um certo modelo de vida urbano (LAJUGIE, 1973, p. 105). Mas definir um tamanho óptimo de cidade é trabalho vão e o tamanho das cidades deve exprimir o valor que a comunidade dá a um bem económico fundamental: o espaço ordenado (*Idem*, p. 97), numa sociedade programada (TOURAINÉ, 1969).

O ordenamento na Região Centro pode passar por uma estruturação estratégica de cidades próximas e com importâncias relativas diferenciadas. Refira-se nomeada-

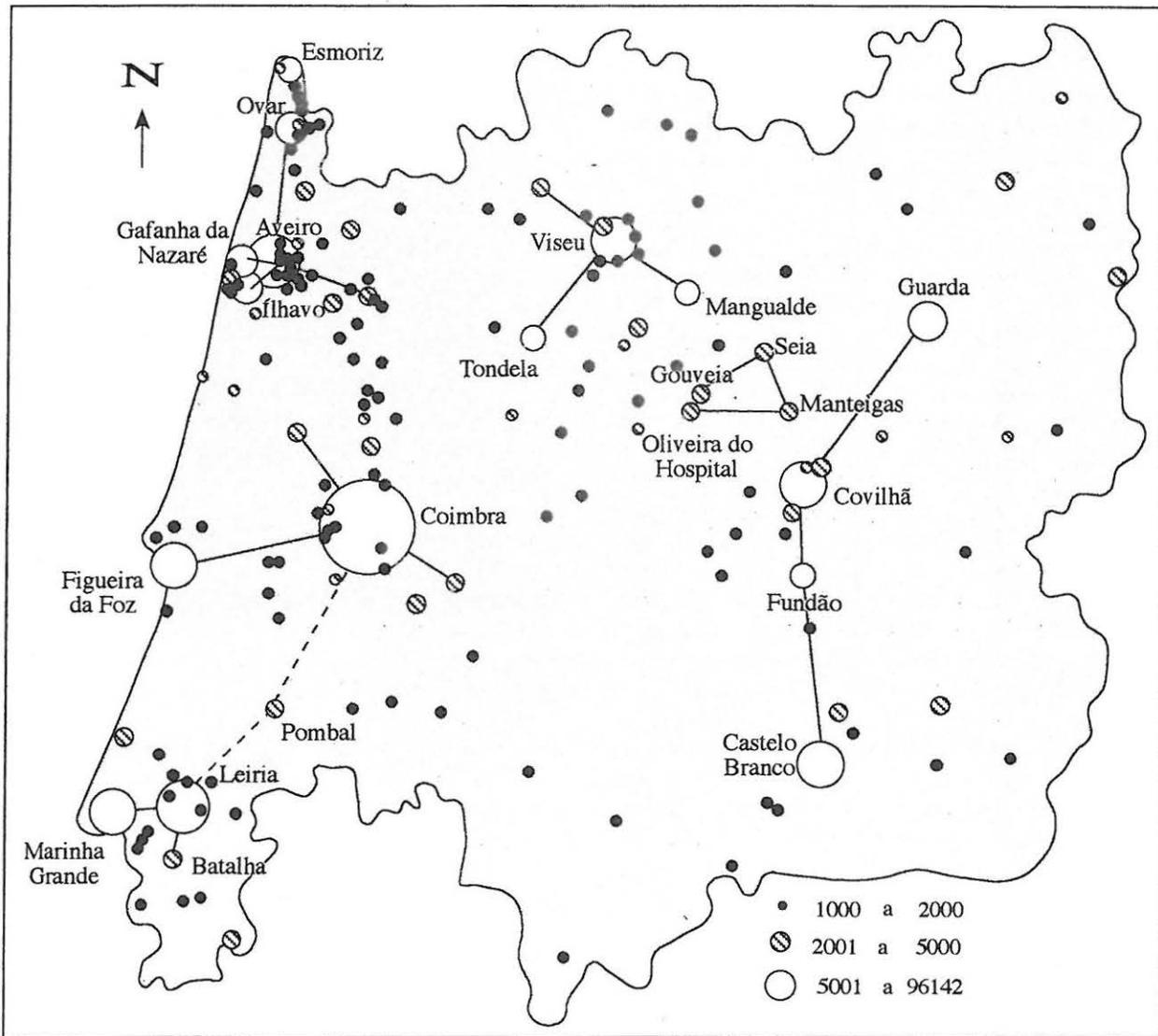


Fig. 7 - Eixos de desenvolvimento urbano. População residente em lugares com mais de 1000 habitantes.

(Fonte: INE, *Censos*, 1991)

mente o agrupamento de cidades promovendo a complementaridade de funções e economias de escala no fornecimento de serviços públicos (administração, saúde, educação, protecção social) e privados (serviços pessoais e serviços às empresas). Desta forma a Região Centro passaria a integrar os seus principais centros urbanos em concentrações (faixas e eixos) de que se referenciam (Fig.7):

— Coimbra, Figueira da Foz, Cantanhede, Lousã, (Pombal?).

- Leiria, Marinha Grande, Batalha, (Pombal?).
- Aveiro, Ílhavo, Águeda, Ovar.
- Viseu, Mangualde, Tondela, São Pedro do Sul.
- Guarda, Covilhã, Fundão, Castelo Branco,
- Manteigas, Seia, Gouveia, Oliveira do Hospital.

Esta reorganização espacial implica a valorização dos espaços suburbanos e periurbanos e mesmo a integração de espaços de acção directa da cidade de muitas áreas de morfologia e mesmo "personalidade" rural. Esbatendo-se, assim, as diferenças entre o urbano e o rural, a sociedade

contemporânea tem presenciado a diversificação de modos de consumo e de formas de trabalho que contribuem, em conjunto, para a reestruturação dos modos de vida das populações e, concretamente, das famílias. Assim, trabalho e consumo assumem implicações espaciais que transformam o urbano e o rural, diluindo as suas fronteiras (GAMA MENDES, 1992; RÉMY e VOYÉ, 1994; GARNIER, 1984; LEFÈBVRE, 1970 e 1974; PAHL, 1984; SALGUEIRO, 1992) e valorizando novas relações que estabelecem outras hierarquias, estruturando o espaço com base numa nova organização social que se ancora em novas centralidades de descentralizações urbanas, coincidentes, coalescentes ou complementares no tempo e no espaço.

Se, no seu início, o processo de expansão urbana se assemelhava a um esquema simples de dispersão de uma “mancha de óleo” não se pode, actualmente, negar que essa é uma imagem que ilustra apenas o modo de implantação espacial de áreas construídas em situações de urbanização difusa; esse é o significativo papel estruturador, em termos espaciais, que as cidades médias e pequenas cidades apresentam, ao funcionarem como motor de desenvolvimento de um espaço mais amplo, cujo atributo fundamental é a apropriação de uma parte desses mesmos espaços, através de formas cada vez mais descontínuas e combinatórias do espaço, das mentalidades, morfologias e das relações sociais.

A capacidade de atracção de um centro sobre o espaço envolvente permite interpretar, de forma adequada, as relações que se estabelecem entre cidade e campo, assumindo-se que os lugares exercem diferentes pressões sobre os indivíduos e condicionam os seus comportamentos, sendo as características espaciais determinantes do quotidiano das pessoas - densidade de construção, rede de comunicações, posição relativa, relações interpessoais - (resultado de um sem número de acções individuais ou institucionais) importantes na forma como actuam, condicionando a maneira como se atribui significado às relações de produção e de reprodução social.

Este facto, implica a valorização de oposições que não são tanto entre o urbano e o rural, mas, principalmente, no seio do urbano e fundamentalmente na transição entre o urbano e o rural (suburbano, periurbano, rurano). Por isso mesmo, viver no campo já não implica trabalhar na agricultura. Na realidade, “as cidades actuais, pela integração de espaços cada vez mais alargados e pela criação de espaços periurbanos e suburbanos com ligações preferenciais ao centro urbano, permitem que se possa viver na cidade à maneira dos aldeões e que se possa viver na aldeia como cidadãos. Esta maneira de viver revela-se especialmente significativa em situações de urbanização difusa” (SANTOS, 1998).

A delimitação entre o urbano e o rural envolve, pois, uma diversidade de situações que vão desde o urbano - espaço denso em construção, fluxos e relações -, até ao rural intermitente nos mesmos parâmetros, passando por espaços de subúrbios residenciais, industriais, comerciais e de serviços; inclui-se ainda, aqui, a periurbanização crescente, sorvedoura de espaço não construído, ou a rurbanização de espaços, onde as relações com o urbano são também importantes.

A cidade é o principal elemento de estruturação espacial na sociedade contemporânea. As redes de cidades têm, nos últimos anos, mostrado o papel significativo das denominadas cidades médias nessa estruturação, já que na pós-modernidade a grande metrópole parece não conseguir dar resposta local aos anseios da população em geral. A procura de melhores condições de vida, as preocupações ambientais e a globalização dos fenómenos transformam a cidade média num objecto de estudo privilegiado capaz de integrar os estilos de vida relacionados com a qualidade de vida, as relações com o ambiente e as aplicações locais de projectos globais, funcionando as metrópoles, do mundo desenvolvido, como imagem de projecção mundial da consagração ou rendição desses projectos.

A Região Centro é uma divisão administrativa que ao não integrar espaços metropolitanos mas apenas cidades médias e pequenas cidades se torna, por excelência, um espaço de análise destas temáticas.

Referências bibliográficas

- AYDALOT, Phillipe (1985) – *Économie Régionale et Urbaine*. Economica, Paris.
- FERRÃO, João (1995) – “Cidades Médias: superar a tirania da dimensão”. *As cidades médias e o ordenamento do território*. CCRC, MPAT, Coimbra.
- FISHER, André (1994) – *Industrie et espace géographique*. Masson, Paris.
- GAMA MENDES, António (1992) – “Urbanização difusa e territorialidade local”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 34, 1º Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Saber Imaginar o Social, Vol III, Coimbra.
- GAMA MENDES, António (1993) – “Espaço e sociedade numa situação de crescimento urbano difuso”. *Portugal: Um retrato singular*. Saber Imaginar o Social. Edições Afrontamento, Centro de Estudos Sociais, Porto.
- GAMA MENDES, António (1994) – “As capitais do discurso geográfico”. *Penélope*. Fazer e desfazer a história. Edição Cosmos e Cooperativa Penélope, Lisboa.

- GARNIER, Alain (1984) – *Les nouvelles cités dortoirs*. Coll. Villes, Régions et Sociétés. Presses Universitaires Romandes, Lausanne.
- GASPAR, Jorge (1993a) – “Geografia e Ordenamento do Território. Dos paradigmas aos novos mapas”. *Colóquio Ciência*, 13, FCG, Lisboa.
- GASPAR, Jorge (1993b) – “Reordenamento urbano em Portugal”. *Serviços e Desenvolvimento numa Região em Mudança*. CCRC, Coimbra.
- LAJUGIE, Joseph (1973) – *Les villes moyennes*. Ed. Cujas, Paris.
- LEFÈVRE, Henri (1970) – *La révolution urbaine*. Anthropos, Paris.
- LEFÈVRE, Henri (1974) – *La production de l'espace*. Gallimard, Paris.
- MÉRENNE-SCHOUMAKER, Bernardette (1996) – *La localisation des industries*. Nathan, Paris.
- PAHL, Raymond (1984) – *Divisions of labour*. Basil Blackwell, Oxford.
- RÉMY, Jean e VOYÉ, Liliane (1994) – *A cidade: rumo a uma nova definição*. Edições Afrontamento, Porto.
- REYNAUD, Alain (1981) – *Société, espace et justice: inégalités régionales et justice socio-spatiale*. PUF, Paris.
- SALGUEIRO, Teresa Barata (1992) – *A cidade em Portugal. Uma geografia urbana*. Edições Afrontamento, Porto.
- SANTOS, Norberto Pinto dos (1998) – *A sociedade de consumo e os espaços vividos pelas famílias. A dualidade dos espaços, a turbulência dos percursos e a identidade social*. Faculdade de Letras, Coimbra.
- TOURAINÉ, Alain (1969) – *La société post-industrielle. Naissance d'une société*. Mediations, Denoel Gonthier, Paris.